



A CONJUNTURA E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS(*)

Sergio Paulo Muniz Costa

As idéias sobre a inexistência de hipóteses-de-guerra admissíveis para o Brasil e sobre a redução dos efetivos e o redirecionamento das Forças Armadas Brasileiras são os focos das análises de que o autor se ocupa.

Hoje em dia, no entanto, novas vozes se ouvem — vozes que pregam doutrinas inteiramente desligadas da realidade, inteiramente inadequadas para nossa década, doutrinas que parecem supor que as palavras bastarão sem as armas, que o vitupério vale tanto quanto a vitória e que a paz é sinal de fraqueza.

John Fitzgerald Kennedy (do discurso jamais pronunciado ao Conselho de Cidadãos de Dallas)

INTRODUÇÃO

No Brasil, talvez nunca se tenha pensado e escrito tanto sobre o mundo como nos dias atuais. Aumenta no país, paulatinamente, a

consciência da participação da Nação em um sistema internacional, dominado pelo conflito. A demanda da bipolaridade ideológica cedeu espaço a uma multipolaridade econômica, tecnológica e cultural. Inúmeras diferenças de interesses, objetivos e concepções do mundo cresceram no

(*) Selecionado pelo PADECEME

vácuo da divisão ideológica do mundo, causado pelo colapso da URSS e incerto futuro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

Os militares brasileiros não estão imunes a esse processo. Participam intensamente das mudanças que ocorrem na nação, e procuram se situar profissional e institucionalmente no contexto das violentas alterações em curso. Na realidade, seu posicionamento é muito mais fácil de se definir do que o de determinados setores da sociedade afinados com o sistema político-ideológico que se esboroou em Berlim.

O presente artigo tem por finalidade analisar duas grandes polêmicas levantadas em torno das forças armadas brasileiras. A primeira é a idéia que vem sendo trabalhada no cenário político nacional de que não existem hipóteses de guerra admissíveis para o Brasil. A segunda, freqüentemente amparada em depoimentos de analistas estrangeiros, via de regra pouco familiarizados com as realidades nacionais, levanta a questão da redução dos efetivos e do redirecionamento das atividades das forças armadas. Na realidade ambas as polêmicas se resumem em uma questão — a destinação das forças armadas. Afinal, se não existisse hipótese de guerra, para que existiriam forças armadas? Existindo, “desgraçadamente”, as mesmas, por um descuido da sociedade ou conspiração de alguma “entidade pré-militar”, por que então não mudar sua missão?

Concomitantemente a essas polêmicas bizantinas, de forma curiosa, determinados setores procuram atrair

os militares para a participação em atividades estranhas à profissão, e vozes que há pouco pregavam “a volta aos quartéis” clamam pela participação dos militares no combate ao narcotráfico, à violência, à pobreza e, até, ao mosquito transmissor da dengue. A medida que se amplia o leque de participações dos militares na vida nacional, se restringe a atividade profissional militar através do achatamento e contingenciamento orçamentários.

Aparentemente o resultado desse processo pode levar a uma desmilitarização das forças armadas ou a uma militarização da sociedade. O mais perigoso é que essas opções, aparentemente extremas, não se excluem mas se completam. Forças armadas indisciplinadas, desmotivadas e despreparadas do ponto de vista material e doutrinário não oferecem resistência a aventuras políticas e, em algumas situações, transformam-se em veículo dessas aventuras, quando a política invade os quartéis e o irracionalismo conquista corações e mentes.

Quanto mais as forças armadas deixam de ser as fiéis depositárias do monopólio da violência do Estado, mais militarizada se torna a sociedade, proliferando as milícias e o controle do estado sobre as pessoas. Em sentido oposto, quanto mais profissionais forem as forças armadas, mais afastadas elas estarão da política partidária e maior efeito dissuasório em relação a uma ameaça às instituições democráticas elas representarão. É curioso observar que os mais eficazes promotores da militarização das sociedades não foram os militares, mas sim ele-

mentos interessados em verticalizar as mesmas e eliminar toda a oposição política. Essas verdades simples e evidentes têm sido surpreendentemente esquecidas no cenário nacional, muitas vezes, pelos mesmos setores que acenaram com esses argumentos para que os militares acelerassem o processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas no país.

Para atingir os objetivos do presente trabalho, serão analisados os conceitos de conflito, crise e guerra, uma das vertentes da polêmica. Em seguida, será examinada a outra vertente da questão, através do estudo de dois casos de modificações em instituições militares: o das forças armadas dos Estados Unidos, no auge na Guerra Fria, e o das forças armadas alemãs, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. O primeiro, além de atender às finalidades do presente estudo, pode ter interesse especificamente militar, pois lança luz sobre um processo de evolução de um dispositivo de defesa nacional coerente com as instituições a que deve servir. O segundo, com um enfoque predominantemente político, ilustra o caso das forças armadas germânicas na década de trinta, quando a Alemanha foi presa do totalitarismo e enveredou pelo maior desastre de sua História.

CONFLITO

As definições de conflito são claras.

“Conflito é um fenômeno social caracterizado por um choque de ações que decorrem do propósito de conqui-

tar objetivos distintos, utilizando o mesmo poder disponível, ou de conquistar o mesmo objetivo, utilizando distintos poderes disponíveis.”¹

“Conflito internacional é uma hipótese a ser considerada quando se define pela ação de estados que, tendo em vista objetivos perseguidos por seus governos, tentam impor a outros sua vontade.”²

Textos publicados pela ESG, ainda que não expressando a opinião daquela instituição, propõem a seguinte definição de *hipótese de conflito*:

“*Hipótese de conflito* é a antevisão de um quadro em que se presume a necessidade de uso do poder nacional para superar quaisquer tipos de ameaças deliberadas a objetivos vitais da Nação.”³

Conquanto a *hipótese de conflito* possa ser estabelecida pelo governo, como propõe o texto acima referenciado, os maiores pensadores sobre os conflitos e as guerras, de Clausewitz a Aron, jamais identificaram um rompimento nas relações entre os adversários durante uma guerra, não se justificando, portanto, a argumentação de que a formulação de *hipótese de conflito* favorecerá mais efetivamente a busca da paz durante a guerra do que a formulação de *hipótese de guerra*. Nenhuma guerra real toma um curso livre, escalando até o absoluto. Esse é o foco da preocupação de Anatol Rapoport, no prefácio que redigiu para a edição portuguesa da obra de Clausewitz. O que ocorre muitas vezes é a perda de vista dos objetivos da guerra, por falta de uma política que os estabeleça e de uma estratégia

coerente que direcione o esforço nacional para a consecução dos seus objetivos.

A renomada cientista política argentina, Virgínia Gamba, em sua obra *Estratégia: intervención y crisis* desenvolve extensa argumentação, mostrando como o conflito no Atlântico Sul evoluiu para uma crise e, daí, para a guerra. Para uma melhor compreensão dos termos *crises* e *conflito*, podemos apreciar um trecho do referido livro:

"...es conveniente llamar la atención de un interesante artículo titulado A quién se sorprendió en las Malvinas y por qué?, de Sir James Cable, publicado en la revista Encounter de setiembre-octubre de 1982. El autor, al hablar del detonante de la crisis de 1982, escribe lo siguiente:

.....
Los británicos parecían haber renunciado a cualquier tipo de acción en relación con la Argentina, excepto la dilación constante del conflicto..."⁴

A obra de Gamba nos permite, ainda, importantes conclusões sobre os inconvenientes de serem exercidos, pelas mesmas pessoas, altos cargos políticos e militares. Guardadas as devidas proporções, há uma semelhança com o caso analisado por Hans Dellbrück sobre o efeito da virtual ditadura exercida pelo círculo de Ludendorf em 1917, obstruindo a visão global da guerra e, conseqüentemente, dos objetivos da Alemanha. Não cabe aos militares formular *hipóteses de conflito*. Por serem potencialmente inúmeras, conforme a quantidade de atores no sistema internacional, e serem função

de uma conjuntura, é pretensioso fazer previsões sobre o seu desenvolvimento. É um assunto de governo, do qual participarão certamente os militares, sem no entanto adiantar um planejamento militar para uma solução que o governo pode encaminhar sem ação militar.

Admitir a formulação de *hipótese de conflito* pelos profissionais da violência é retroceder ao militarismo da passagem do século, quando os instrumentos militares se adiantaram aos demais recursos de que dispunham os Estados para solver as disputas. A situação se torna particularmente complexa, se imaginarmos que cada força singular possa propor *hipótese de conflito*, cada qual priorizando a visualização da guerra que a "favoreça". Foi o caso das forças armadas norteamericanas no início da década de 50, quando cada uma desejava o poder nuclear e se esforçava para convencer congressistas e altos funcionários do Executivo, de seu papel predominante na guerra que se travaria no futuro.

Finalmente, é importante lembrar que, qualquer espectro de conflito que se elabore, terá em um de seus extremos a guerra, independentemente da denominação que se lhe aplique — *confronto armado, enfrentamento armado* —, fenômeno social que atraiu à sua causa todos os ramos do conhecimento humano, e há muito tempo deixou de ser assunto exclusivamente militar.

CRISE

Com um amplo dispositivo militar desdobrado em todo o mundo, os Estados Unidos se viram várias vezes às voltas com acontecimentos ou situações que, se não fossem devidamente controladas, poderiam evoluir, no ambiente tenso da Guerra Fria, para uma confrontação de conseqüências inimagináveis. A definição adotada pelos norte-americanos seria a seguinte:

*"Crisis: A political /military event or situation of considerable urgency that contains at least the potencial of Presidential involvement, resource/force management, and confrontation."*⁵

Hugh Ware analisou alguns casos desse tipo de incidente e extraiu algumas conclusões que sintetizamos a seguir:

- a captura do *Pueblo*, navio de informações norte-americano, em 1974, ao largo do Camboja:

- pôs em evidência a necessidade de coordenação de planos de contingências;

- foi um exemplo típico de situação em que um comandante que dispõe de força operacional formula opções viáveis e as apresenta à autoridade em comando;

- não houve integração entre a comunidade de informações e as forças armadas.

- ataque ao *USS Liberty*, navio de informações norte-americano, em 8 de junho de 1967, no Mediterrâneo, por aviões israelenses:

- houve falha de comando, controle e comunicações.

- desembarque de tropas americanas na República Dominicana, em 1965:

- apresentou o problema de coordenação entre militares e diplomatas, pois os primeiros obedeciam através da cadeia de comando, chegando eventualmente ao Presidente, enquanto os segundos ligavam-se ao Secretário de Estado e ao Presidente, inexistindo qualquer forma de coordenação entre ambos os segmentos.

- a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1961:

- diz o autor "...talvez a crise que melhor ilustre os problemas de relacionamento entre a estrutura militar e a autoridade civil, devido à diferença de vocabulário, formação e necessidades";⁶

- nessa crise, o secretário de defesa ligou-se diretamente a um comandante de contra-torpedeiro.

O autor, admitindo que as crises continuarão a acontecer em todo o mundo, muitas vezes de forma inesperada, advoga o desenvolvimento de uma capacidade de estabelecer estruturas adequadas à resolução dessas crises, e defende a implementação de sistemas de vigilância, comando, controle e comunicações, para responder rapidamente às situações de crise.

Ao segmento naval do poder militar de uma nação interessa, particularmente, o estudo das crises, conforme aponta o capitão-de-fragata Mackenney Schmauk, ao citar trecho de autoria do professor O'Connel no seu trabalho *Implicancias Políticas del Mar de Crisis*:

"El mar es la única área donde las

fuerzas armadas pueden competir con mayor o menor seriedad con el fin de promover objetivos políticos; es la única área donde pueden concentrarse, preparadas para la intervención sin amenazar intervenir en forma manifiesta. Un ejército que cruza una frontera representa un uso de la fuerza completamente distinto a una armada que cruza el mar.'⁷

No entanto, seria temerário admitir, hoje, que a Marinha de uma grande ou média potência devesse atuar numa situação de crise por si só, ou previamente formular uma conduta político-estratégica para uma crise cuja solução é problema do Estado. Cabe, naturalmente, ao poder naval planejar as medidas operacionais cabíveis para atender às necessidades de emprego de força numa crise, força que o Estado poderá empregar ou não, e, ainda assim, dificilmente representada somente pelo poder naval. Nesse sentido, é natural o poder naval visualizar o seu emprego ao longo do espectro de conflitos numa escala mais baixa do que a guerra. Os demais segmentos do poder militar também podem, e até devem, fazê-lo, à medida que se ampliam os desafios decorrentes do crescimento da estatura político-estratégica da Nação.

Não cabe aos militares formular hipóteses de crise, mas sim planos de contingência para atender à necessidade do emprego da força militar no contexto de uma situação cuja evolução desejável ainda é evitar a guerra. Especialistas do país que mais se envolveu em crises no período pós-segunda guerra, os Estados Unidos afirmam que

elas continuarão a ocorrer, em diferentes partes do mundo, em momentos inesperados. O que procuraram fazer os americanos foi dimensionar seus sistemas de comunicações, controle, comando e informações, para atender à sua eclosão, bem como preparar seus militares para, contando com os meios disponíveis no momento e local considerados, formularem opções a serem submetidas ao comandante supremo para decisão. Se os militares tomarem as rédeas da condução da crise, ela já terá evoluído de antemão para o confronto armado.

GUERRA

Virginia Gamba mostra como o fracasso no manejo de crises leva às guerras e o que são guerras limitadas:

*"Constatamos siempre que los conflictos limitados son el resultado de un fracasso en el manejo de crisis; a menudo son canalizados en forma anacrónica o irracional; y no resuelven en forma duradera los problemas que la han motivado."*⁸

*"Una guerra limitada es la que se pelea por objetivos menores a los recursos totales de los beligerantes, desejando a la vida civil intacta y tratando de respetar también gran parte de la fuerza armada oponente. Debe invariavelmente terminar en negociación."*⁹

"Obviamente, no se considera una guerra limitada aquella que está sendo peleada por actores periféricos convencionales, que quizás estén utilizando

el total de su poderio en dicha pugna.''¹⁰

A definição brasileira de hipótese-de-guerra é suficientemente clara para dispensar quaisquer comentários: hipótese-de-guerra é "a antevisão de ocorrência de conflito armado, em quadro conjuntural nacional ou internacional, que exija o emprego violento do poder nacional como último recurso para a superação de pressões dominantes."''¹¹

Ainda do estudo da participação da Argentina na Guerra das Malvinas, pode-se inferir que quaisquer que tenham sido as causas do extravasamento do conflito para a crise e, desta, para a guerra, num momento e numa relação de forças desfavorável à Nação, ficou claro que inexistia um planejamento de guerra capaz de respaldar pela força a vontade política. No doloroso momento da derrota, como qualquer outra Nação, a Argentina soube de quem cobrar a responsabilidade: das suas forças armadas. A deposição e julgamento político da junta militar é um processo distinto do julgamento profissional das forças armadas pelos seus próprios integrantes. Afinal, já se disse que uma força armada suporta tudo, até mesmo a incompreensão, exceto uma derrota.

O dever do segmento militar do Estado é o preparo para a guerra, que virá quando os conflitos evoluírem para crises incontornáveis. Não fará a guerra por si só, mas orientado pela inteligência politicamente organizada, o Estado, e a serviço da Nação. Civis e militares desse segmento estudarão e acompanharão os conflitos e as cri-

ses, pois deles serão atores obrigatórios, em maior ou menor grau. No entanto, ninguém os substituirá nas difíceis e complexas tarefas de preparar, desdobrar e operar os meios de combate que lhes foram confiados pela Nação. Ainda assim, nem mesmo a guerra eles tomarão sozinhos nas mãos, mas a executarão de acordo com os objetivos fixados pela política.

O CASO NORTE-AMERICANO

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS lideraram campos opostos na nova fase do conflito mundial que se convencionou chamar de Guerra Fria. Apesar de desenvolverem estratégias diametralmente opostas, ambas as super-potências se preocuparam, desde o início do conflito, em evitar uma confrontação militar direta. A experiência de duas guerras mundiais e suas consequências haviam marcado profundamente a geração que tinha combatido a Segunda Guerra Mundial.

No início do século, nacionalismos exacerbados, militarismo e tensões econômicas, culturais e políticas haviam engendrado um quadro de pré-guerra pronto a explodir o mundo da *Belle Époque* ao menor incidente. O atentado de Seravejo, como era de se esperar, acendeu o rastilho das mobilizações que chegou ao barril de pólvora da guerra mundial sem o menor esforço sério das chancelarias para interrompê-lo. Planos de guerra, estradas de ferro estrategicamente direcionadas e esquemas de mobilização foram acionados automaticamente, obstruindo toda co-

municação diplomática que pudesse evitar o conflito. A convicção de que o contencioso poderia e deveria ser resolvido pelas armas — corolário do estado de espírito militarista que dominava a maioria das nações européias — aliada à ilusória crença numa vitória rápida, desencadearam a corrida às armas.

O julgamento do processo decisório que levou à declaração da Segunda Guerra pode ser sintetizado nas palavras de Winston Churchill, “após ter perdido e rejeitado todas essas vantagens (a integridade da Áustria e a Tchecoslováquia), a Grã-Bretanha avança, levando a França pela mão, para garantir a integridade da Polônia que, somente seis meses antes, tinha tomado parte, com o apetite de uma hiena pelos despojos, na destruição do Estado tchecoslovaco... A decisão que foi enfim tomada, no pior momento possível e sobre a região menos indicada, não podia deixar de provocar o massacre de dezenas de milhões de homens”.¹²

Após a Segunda Guerra Mundial, a idéia de se evitar a guerra pela dissuasão começa a tomar forma nos Estados Unidos com a divulgação do *The United States Strategic Bombing Survey*, em 1946,¹³ e pelas conclusões apresentadas pelo *Comitê de Política Aérea ao Presidente Truman*, em 10 de janeiro de 1948.¹⁴

Como William Kaufmann mostrou, o dispositivo de defesa dos Estados Unidos tinha quatro funções: 1ª) a formação de conceitos estratégicos; 2ª) a distribuição de recursos para o aperfeiçoamento e deslocamento de forças

destinadas a implementar os conceitos estratégicos escolhidos; 3ª) a integração dos planejamentos econômico, político e estratégico; 4ª) a mais importante — a operação real do dispositivo militar.¹⁵

Em 1947, o *National Security Act* criou o estado-maior conjunto e o cargo de secretário da defesa. Embora possuísse a autoridade formal para coordenar a ação dos três chefes de estado-maior, o secretário de defesa não conseguia fazê-lo, devido às ligações que as forças armadas tinham no Congresso, ao direito de acesso que os chefes de estado-maior tinham ao presidente da república e à inclinação dos secretários em acatar os conselhos dos chefes militares experimentados e prestigiados pela condução de vastas operações durante a última guerra.

A Guerra da Coreia obrigou a uma nova mobilização militar norte-americana. Os efetivos, que tinham decaído de 12.123.455, em 1945, para menos de 1.600.000, em 1947, voltaram a se expandir, chegando a 3.600.000, em 1953. As despesas militares tinham passado de 5% do PIB, em 1950, para 13,5%, em 1953. O presidente Eisenhower, entendendo que a economia norte-americana não poderia suportar indefinidamente tal esforço, iniciou um projeto para racionalizar as despesas militares.

Sua condição de artífice da vitória aliada, seu enorme prestígio e seu conhecimento dos meandros do Pentágono lhe emprestavam autoridade efetiva para tanto. Na sua campanha para dar coerência ao esforço militar norte-americano, Eisenhower empre-

gou quatro instrumentos. O primeiro foi a doutrina básica da segurança nacional, a ser elaborada anualmente pelo conselho de segurança nacional. A partir desse documento os chefes de estado-maior preparariam um plano conjunto de objetivos estratégicos que conteria as projeções de emprego da força militar por um período de cinco anos. Com isso, ele procurava uma concepção estratégica comum que norteasse os esforços das forças armadas. Outro instrumento foi a reorganização do departamento de defesa, realizada duas vezes durante sua permanência na presidência, sempre com o intuito de reforçar a autoridade legal do secretário de defesa. O terceiro instrumento foi a criação de uma comissão de notáveis para fazer recomendações sobre a política de defesa. O quarto foi a criação do cargo de assessor especial de ciência e tecnologia da Casa Branca, destinado a ajudar o presidente a decidir sobre armas e estratégias. Além desses instrumentos criados, Eisenhower continuou a empregar a limitação orçamentária que já vinha sendo usada por Truman. Com esse poderoso recurso, Eisenhower buscava controlar o crescimento das despesas militares.

No final da década de 50, os rusos lançaram o desafio da corrida espacial e começou a surgir o temor de que os EUA estavam estrategicamente vulneráveis, devido a uma "lacuna de mísseis". Crescia também o debate em torno da capacidade da dissuasão nuclear para garantir Berlim, a Europa Ocidental e outros interesses vitais norte-americanos. A Crise de Berlim,

de 1959, e o encaminhamento de outras tão graves levavam ao questionamento da capacidade norte-americana de se opor aos soviéticos sem uma guerra mundial.

A proposta do candidato democrata às eleições de 1960, John Kennedy, era, sinteticamente, ampliar as forças convencionais, estreitar os laços com a OTAN, eliminar a lacuna de mísseis e manter a superioridade nuclear estratégica norte-americana como elemento dissuasório. Já como presidente eleito, Kennedy instruiu seu secretário de defesa, Robert S. McNamara, a reavaliar toda a estratégia militar norte-americana, a capacidade norte-americana de honrar compromissos e a eficiência e economia do funcionamento e organização do sistema de defesa, bem como a considerar a eliminação de bases e instalações obsoletas e a necessidade de adequação, modernização e mobilidade das forças atuais, convencionais e nucleares. Recomendou, ainda, desenvolver uma estrutura de força necessária sem considerar os tetos orçamentários já definidos, devendo, no entanto, fazê-lo ao menor custo possível.

O estudo inicial das questões colocadas levou a um aumento do orçamento militar em 1,5 bilhões dólares e, no verão de 1961, outro incremento nas despesas militares seria solicitado. Respondendo à pressão das necessidades da conjuntura, durante sua gestão, McNamara implementou inúmeras medidas bastante efetivas, destinadas a aumentar o poder militar norte-americano.

No campo estratégico nuclear, foi acelerado e incrementado o projeto *Polaris*, a capacidade de produção dos mísseis *Minuteman* foi dobrada, o estado de prontidão do comando aéreo estratégico foi ampliado, as defesas aéreas foram aperfeiçoadas, os sistemas de comando, controle e comunicações das forças nucleares estratégicas foram melhorados, e projetos obsoletos foram abandonados, enquanto outros como o *Dynasoar*, o *Advent*, o *Defender* e o *Discoverer* foram impulsionados, tudo a um custo adicional de 1,53 bilhões de dólares.

No que diz respeito às forças não nucleares, McNamara providenciou a construção de mais 129 aeronaves de transporte militar, a criação de um fundo de munições, a pesquisa sobre armas não nucleares, aumentos de efetivos do exército e dos fuzileiros navais e mudança da missão e dimensionamento das forças especiais, a um custo adicional de 693 milhões de dólares.

Foi criado, também, um comando de ataque, formado por 8 divisões do exército, que faziam parte da reserva estratégica, e esquadrões do comando aerotático e de transporte militar, objetivando, através de treinamentos conjuntos, incrementar o poder de combate da reserva estratégica pelo fogo e pela mobilidade. Para centralizar a produção de informações estratégicas, McNamara criou a *defense intelligence agency* (DIA) e, para ajustar a estrutura existente às necessidades de segurança, criou o comando logístico, o comando de aperfeiçoamento de material bélico e os comandos de exército

continental e extra-continental. Para nivelar os estoques de reposição das forças armadas que operavam muitos equipamentos semelhantes, e economizar recursos, McNamara criou a *defense supply agency*, alegando, posteriormente, ter economizado, com essa medida, 240 milhões de dólares ao ano.

A fim de superar as deficiências do sistema orçamentário, McNamara introduziu uma nova filosofia básica de administração, com o método de planejamento-programação-orçamento. O método comportava três fases: a primeira fase era a do planejamento, executada a partir do "plano conjunto de objetivos estratégicos", elaborado, em conjunto, pelos chefes de estado-maior; a segunda fase seria de programação, e a terceira fase de preparação das estimativas orçamentárias. O seu princípio central era o do planejamento centralizado e da operação descentralizada. Sem comprometer o executivo com as despesas propostas, a projeção quinqüenal das despesas tomava a forma de um caminho geral a ser seguido.

Mas McNamara implementou, ainda, importantíssimas mudanças na política de defesa dos Estados Unidos. Uma delas foi a mudança no conceito de defesa dos países subdesenvolvidos, provocada pelas declarações de Krushchev, apoiando as Guerras de Libertação Nacional, e pelas preocupações de Kennedy após o encontro com o líder soviético, em Viena. Foi desenvolvido, então, um conjunto de medidas políticas, econômicas e militares destinado a fortalecer as nações subdesen-

volvidas, alvos da ameaça comunista. Segundo essa concepção, os fundos de assistência militar deveriam ajudar, também, a promover o desenvolvimento.

Uma outra contribuição importante de McNamara foi a grande expansão da capacidade da reserva militar norte-americana. Em pouco tempo, a reserva estratégica norte-americana, composta por 6 divisões do exército — 3 sem capacidade de combate imediata — e 2 divisões dos fuzileiros navais, foi aumentada para 10 divisões do exército, aptas a serem empregadas dentro de um prazo de dois meses. Essa capacidade foi implementada graças à racionalização do emprego da guarda nacional como incrementadora do poder de combate das unidades operacionais. De qualquer forma, houve, no início dos anos 60, em função do agravamento das tensões na Alemanha, uma mobilização parcial norte-americana, tendo sido convocadas duas divisões da guarda nacional, e mais duas colocadas de sobreaviso. Tropas foram embarcadas para a Europa, a força aérea enviou 11 esquadrões de caça da guarda nacional aérea e a marinha recebeu mais 40 contra-torpedeiros. A rapidez e a profundidade das mudanças implantadas por McNamara provocaram reações no Congresso — que mantinha estreita ligação com as forças armadas — que cobrou explicações cristalinas de McNamara, conforme se pode ver nos seus depoimentos publicados pelo *Industrial College of the Armed Forces*.

Mas a principal contribuição de McNamara foi a concepção estratégica

de emprego do poder militar norte-americano. Inicialmente, ele acolheu o conceito da resposta flexível, defendido pelo chefe do estado-maior da força aérea, general Thomas D. White. Essa concepção partia da premissa de que a melhor dissuasão seria ter capacidade de estabelecer a superioridade militar durante uma guerra. No caso de um confronto com a URSS, essa concepção prescrevia o ataque contra bases de bombardeiros e mísseis inimigos, seguido do ataque às cidades inimigas, se fosse o caso, mantendo, ainda, elementos disponíveis para continuar a ameaçar o inimigo e levá-lo a terminar a guerra em condições favoráveis aos Estados Unidos. Essa doutrina seria mais tarde assumida por McNamara e traduzida, politicamente, pelo principal assessor do secretário de defesa, o economista Thomas C. Schelling, formado por Harvard.

Segundo o doutor Wendell John Coats, professor-assistente no *Connecticut College*, os principais pontos do modelo McNamara de uso punitivo da força militar seriam os seguintes:

- procurar barganhar com o inimigo, independentemente da capacidade de controlá-lo, contê-lo ou desarmá-lo;
- prosseguir atuando de forma aberta, lenta, crescente e intermitente;
- o uso do poder de fogo deveria ser encarado prioritariamente, não como um problema tático, mas sim como uma questão de alvejar e destruir objetivos inimigos, anulando a capacidade de ataque do adversário e atuando, por conseguinte, no sentido de restaurar a paz;

• a ameaça do uso da força seria uma contínua escalada, na qual a possibilidade de incremento nos níveis de destruição é de tal forma manipulada, que se espera que os adversários, de maneira economicamente racional, sejam refreados nos seus cálculos em torno dos pontos de inflexão do jogo de infligir e sofrer golpes.¹⁶

O estudo da atuação de *Robert McNamara* à frente do departamento de defesa dos Estados Unidos da América nos mostra a importância da eficiência do sistema de defesa de uma nação para que ele se mostre eficaz. Foi uma era de grandes progressos no campo da administração, particularmente na sociedade norte-americana, onde proliferavam enormes empresas cuja administração representava um grande desafio. Aliás, é importante destacar que McNamara fora eleito presidente da *Ford* no dia seguinte ao da vitória eleitoral de John Kennedy. O presidente, seguindo uma tradição americana, recrutou importantes auxiliares entre os expoentes do mundo dos negócios, dentre eles, McNamara.

A administração Kennedy procurou atender às demandas apresentadas a qualquer sistema de segurança, quais sejam: formar conceitos estratégicos, distribuir recursos para o aperfeiçoamento e deslocamento das forças que vão implementar esses conceitos, integrar as ações nos diversos campos do poder e operar o dispositivo militar. O modelo de administração de McNamara foi extremamente eficiente. Os recursos foram racionalmente empregados, permitindo aos EUA fazer frente à ameaça soviética sem abando-

nar sua prioridade para o crescimento econômico. Foi também consolidada uma estrutura, esboçada desde a administração Eisenhower, destinada a integrar os esforços comuns no âmbito do departamento de defesa.

Do ponto de vista de concepção estratégica, o modelo McNamara permitiu aos Estados Unidos conter a ameaça soviética na Europa, empregando seu poder nuclear para respaldar sua capacidade convencional de enfrentar os soviéticos, o que acarretou uma sensível diminuição dos riscos de uma guerra nuclear global. No entanto, essa concepção estratégica se estendeu a formas de conflito que ainda não eram suficientemente conhecidas pelos norte-americanos, como o próprio McNamara admitia em relação à guerrilha. O resultado foi a aplicação dessa concepção doutrinária na Guerra do Vietnã, onde somente o diretor da CIA, John A. McCone¹⁷ alertou para o prejuízo que a estratégia da escalada, derivada da estratégia global de resposta flexível, traria para os EUA, pois as pressões da opinião pública americana e internacional pela cessação dos bombardeios do Vietnã do Norte aumentariam paulatinamente, correndo o tempo a favor do Vietnã do Norte e não a favor dos EUA. O extravasamento da doutrina McNamara a outros níveis da estratégia e a falta de estratégias operacionais militares adequadas aos conflitos de baixa intensidade (CBI) estão certamente entre as causas do fracasso americano na Guerra do Vietnã. Afinal, foi mais uma lição proporcionada pela História Militar, que sempre mostrou que o primeiro passo para

a derrota de um exército é dado quando ele perde a capacidade de pensar.

A reação do exército norte-americano foi o resgate do estudo da arte operacional, formulando doutrinas específicas para os problemas a enfrentar, como no caso da doutrina do CBI e, principalmente, no caso da "doutrina da batalha ar-terra", bem como uma vigorosa crítica das limitações políticas e psicossociais que lhe foram impostas no decorrer da Guerra do Vietnã. A estratégia operacional empregada no conflito da América Central e a atuação do governo americano durante o conflito, a crise e a guerra do Golfo não deixam dúvidas de que as lacunas e imperfeições do modelo McNamara foram sanadas. A subordinação militar ao poder civil, paradigma de qualquer sociedade democrática, não implica na supressão do pensamento militar e, muito menos, na não participação dos militares no processo decisório das questões ligadas à segurança nacional.

O CASO ALEMÃO

Com a entrada em vigor do Tratado de Versalhes, a 10 de janeiro de 1920, foram extintos o "grande estado-maior", o "ministério da guerra prussiano" e o "supremo comando". O serviço militar obrigatório foi extinto e foram proibidos carros-de-combate, artilharia pesada e aviação.

A correlação entre presidente da república, chanceler, ministro da *reichwehr*, o general comandante do exército e o general chefe do estado-maior

permite algumas observações importantes.

Inicialmente pode-se observar a fase apolítica do exército, em seu período mais longo sob a chefia do general Von Seeckt, na qual a força evoluiu doutrinária e materialmente, apesar das limitações de Versalhes, e respaldou o regime parlamentar de Weimar. No final da década de trinta, a política partidária começou a crescer dentro do exército, com a criação de gabinetes políticos no ministério da defesa e no comando do exército, o que acabaria levando seu principal promotor, o general Schleicher ao ministério, em 1932. Quando Hitler consolida seu poder totalitário e encaminha a Alemanha para a Guerra Mundial observa-se a acumulação de funções de comando e administração militares.*

Após sua ascensão, Hitler criou o "alto comando das forças armadas" (OKW), neutralizando a capacidade do "alto comando do exército" (OKH) de formular a política militar, subordinando-o ao OKW. Em seguida, ao recriar o estado-maior geral, eliminou o *immediatvortrag*, o direito tradicional de o chefe do estado-maior se dirigir ao comando supremo. Dando continuidade à sua política, expandiu continuamente os efetivos das tropas de choque (SS), a corporação paramilitar nazista, até esta se constituir, durante a guerra, num exército paralelo, com carros-de-combate e artilharia. Paulatinamente, Hitler implementou medidas de controle ideológico partidário-político do exército, através de doutrinas raciais, amparado na doutrina dos "dois pilares" formulada pelo mi-

* Ver quadro à página seguinte.

A CONJUNTURA E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

PRESID	CHANCELER			MINISTRO REICHWEHR	CMT EX	CH EM
	Nome	Partido	Período			
EBERT Fev 19 a Fev 25 --- HINDEN BURG Ate Ago 34 --- Hitler	Scheidman	PSD	13.2.19/20.6.19	Noske	Reinhard	VonSeeckt
	Bauer	PSD	21.6.19/26.3.19	"	"	"
	Mueller	PSD	21.3.20/20.6.20	"	"	"
	Fehrenbach	ZENTRUM	21.6.20/4.5.21		VonSeeckt	Hasse
	Wirth	"	10.5.21/25.10.21		"	"
	Wirth	"	26.10.21/21.11.22		"	"
	Cuno	s/Part	22.11.22/12.8.23		"	"
	Stresemann	PPop	13.8.23/29.11.23	Gessler	"	"
	Marx	ZENTRUM	30.11.23/14.1.25	"	"	"
	Luther	s/Part	15.1.25/16.5.26	"	"	"
Hitler	Marx	ZENTRUM	17.5.26/28.6.28	Groener	Heye	Blomberg
	Mueller	PSD	29.6.28/29.3.30	"	"	"
	Bruning	ZENTRUM	30.3.30/31.5/32	"	Heye	
	Papen	s/Part	1.6.32/2.12.32	Schleich	Hammerst	Adam
	Schleicher	s/Part	3.12.32/29.1.33	"	"	"
	Hitler	PNS	30.1.33	Blomberg (Jan 38)	Frisch (33-38)	Beck (33-38)
				Hitler	Brauch (38-41)	Halder (38-42)
				Hitler	Hitler (41-45)	Zeidler (42-44)
				"	"	Guderian (44-45)
				"	"	

nistério da defesa, a qual colocava exército e partido como sustentáculos do Estado.

Embora essas medidas fossem neutralizando paulatinamente o exército, foi a sua incapacidade de controlar ou de reagir a três eventos, de natureza sumamente grave, que permitiu que o totalitarismo se consolidasse na Alemanha, arrastando-a à maior catástrofe de sua história.

O primeiro foi o expurgo de 30 de junho de 1934, um massacre promo-

vido pelos homens de confiança de Hitler, no qual foi assassinado o general Schleicher, um general político, no ostracismo, que se opusera a Hitler, além de muitas outras personalidades de diferentes partidos que se opunham ao nazismo, e de homens das SA, rivais das SS. Esse episódio praticamente selou o destino do exército, que se omitiu perante um ato de banditismo político, na esperança de ver suprimidos os arruaceiros das SA. Naquele dia, Hitler conseguiu muito mais do

que eliminar alguns de seus indesejáveis comparsas. Eliminou toda oposição política, colocou-se na posição de juiz supremo da nação alemã, confundindo o próprio Estado consigo mesmo, e tornou o exército seu cúmplice por omissão.

O segundo evento foi a conferência de 5 de novembro de 1937, em Berchtesgaden, proferida por Hitler, estando presentes o general Blomberg, ministro da guerra, o general Fritsch, comandante do exército, o almirante Raeder, comandante da marinha de guerra, o general Goering, comandante da força aérea e Von Neurath, ministro do exterior, na qual o Führer anunciou que o *lebensraum* (espaço vital) na Europa Oriental seria conquistado pela força militar até 1943 no máximo. Hitler, que se enfurecera nas primeiras semanas de seu governo com a reação negativa de seus generais a seus planos megalômanos, explicitava agora todas as suas intenções e, ante a firme reação do general Fritsch, passaria a encaminhar a fase final do processo de alienação daquela instituição tão incômoda com que era obrigado a conviver, o exército alemão.

O último, o golpe de misericórdia, foi a conspiração para desmoralizar o general Fritsch, comandante do exército, afastado de suas funções, em janeiro de 1938, devido a uma acusação de homossexualismo forjada pela Gestapo e SS, e substituído pelo general Brauchitsch, que aceitou o cargo antes do julgamento de honra de Fritsch (no qual seria inocentado) e sem consultar os generais mais antigos, tornando-se,

dessa forma, instrumento da submissão do exército alemão ao nazismo.

Antes de iniciar a guerra, Hitler já acumulava a função de ministro da defesa e neutralizará qualquer liderança militar que pudesse oferecer resistência a seus planos.

ATUALIDADE E CONJUNTURA

O Brasil vive um momento crucial de sua História. A nível mundial, as mudanças estruturais na presente quadra do século tornam a presente conjuntura volátil e aberta a toda sorte de possibilidades. Embora persistam aspectos estruturais da nossa cultura que se refletem em nossas instituições e em práticas socialmente aceitas, uma compreensível e considerável incerteza quanto ao futuro aumenta a responsabilidade dos contemporâneos pelos seus destinos.

A Segunda Guerra Mundial chegou ao seu final nos anos 90. O longo conflito cultural, ideológico, econômico, político e militar, aparentemente decidido pela violência no interregno 1914-1945, chegou a um resultado decisivo nos últimos anos do século, com o reconhecimento pelos seus principais protagonistas da falência do totalitarismo e do estruturalismo.

O fenômeno do totalitarismo pode ser entendido como um instrumento para queima de etapas na corrida para o desenvolvimento social e econômico das nações. Idealizado inicialmente por Platão, avançou decisivamente com Hobbes, no século XVII, e, durante os grandes acontecimentos do final do

século XVIII e XIX, ganhou sua moderna identidade lapidada por diversos pensadores.

Foi, até os anos 90 do século XX, aceito nas principais nações do mundo como uma alternativa para nações social, política e economicamente menos desenvolvidas alcançarem as nações líderes na competição mundial. Embora algumas de suas formas mais sutis, como o marxismo ocidental, neguem a existência da nação, é essa realidade incontestável que está por trás desse monumental esforço ideológico.

O totalitarismo sempre foi uma opção drástica de organização da nação para participar da competição internacional.

O fracasso dessa forma de organização experimentada pelos regimes fascistas e comunistas, após terem sido derrotados militar e economicamente pelas nações democráticas, abalou o prestígio da ideologia totalitária em todo mundo, e alçou lideranças nacionais não comprometidas com seus postulados em diversas nações. Esse processo do pós-guerra, iniciado em relação ao nazismo, culminou, nos anos 90, com a dessovietização da Europa.

Se nações européias abandonaram, depois de amargas experiências, a opção totalitária como proposta de organização eficaz para competirem eficazmente, é prematuro afirmar que as ideologias totalitárias tenham terminado no mundo, particularmente na América Latina, incluindo o Brasil. O número de pessoas que ainda aceitam seus dogmas, o grande esforço intelectual dispendido na sua teorização e, principalmente, as grandes desigual-

dades entre as nações garantem às ideologias totalitárias uma sobrevivência que pode reabilitá-las, no caso do advento de uma ruptura da ordem internacional ou do surgimento de um novo centro irradiador em um país que se arvora à condição de líder do Terceiro Mundo no ambiente do famigerado conflito norte-sul. Infelizmente, a julgar pela intensidade com que essas idéias são veiculadas em todos os segmentos de nossa sociedade, nosso país é um candidato a desempenhar esse papel.

Na América Latina floresceram versões totalitárias adaptadas à cultura e à geografia da região, aproveitando o caudilhismo, a segregação indígena e o cantonalismo. Nos anos 40 e 50, destacou-se o peronismo, uma versão fascista esquerdizante do totalitarismo. Nos anos 60, sob inspiração de economistas marxistas e de algumas idéias socialistas, estruturalistas formularam uma reação latino-americana à cultura liberal-capitalista ocidental, conhecida como "terceira via". Nos anos 70 e 80, o isolamento de populações indígenas historicamente discriminadas na América Espanhola inspirou movimentos guerrilheiros, dos quais se destacam o *Sendero Luminoso* e *Tupac Amaru*.

A fase de enormes dificuldades que o Brasil enfrenta projeta no horizonte ameaças à viabilidade da Nação. São predominantemente externos os inputs causadores da atual crise brasileira. Potência média emergente, o Brasil recebe hoje do efervescente sistema multipolar internacional influências mais fortes do que há trinta anos atrás,

quando nação não-industrializada e bem mais distante cultural e economicamente dos principais centros de poder mundiais. A História mostra que são esses *inputs* externos os causadores de grandes mudanças nos sistemas sociais. De uma maneira geral, os sistemas têm uma considerável capacidade de adaptação, de reequilíbrio e, até, de congelamento de demandas de origem interna.

A importância econômica, política e cultural do Brasil na América Latina, sua maior proximidade em relação à Europa e Estados Unidos, se comparada a outros países como a China e a Índia, e a condição de nação reivindicadora de mudanças na ordem internacional, tornam o nosso país celeiro ideal para o florescimento de teorias políticas radicais. Intelectuais estrangeiros têm produzido obras e obtido inusitado apoio para estudos que referendam regimes não-democráticos, enquanto centros de pesquisas nacionais dirigidos por marxistas vêm desenvolvendo a cultura do desastre nacional. Centros de estudo e de pesquisa social, política e estratégica vêm sendo progressivamente dominados por idéias marxizantes, por vezes travestidas de defensoras do nacionalismo, o grande fermento ideológico-revolucionário que Lenin recomendou que nunca fosse desprezado.

Para agravar mais ainda a situação, ideólogos do que eu denomino de “quinta internacional”, a ecologista — muito dos quais recentemente convertidos de outras seitas ideológicas —, praticam mais uma vez o historicismo que sempre caracterizou os

inimigos da sociedade aberta. Procuram, de todas as formas, desviar o foco da discussão sobre a necessidade de maior inserção do Brasil na economia mundial, para a negação de todas as políticas e estratégias governamentais até aqui praticadas, abrindo caminho para a panacéia ideológica que asseguram tudo resolver. Devido a diferenças culturais e à falta de isenção e de interesse de muitos órgãos de imprensa, as descabidas ações praticadas pelo “eco-tribalismo” — assim denominado por Alvin Toffler — contra a nossa soberania são erroneamente interpretadas como medidas oficiais de governos estrangeiros. Choques de interesses e diferenças de pontos de vista em relação a outros países, intrínsecos à competição internacional, tomam então uma dimensão explosiva, quando misturados às atrevidas propostas da “Internacional Ecologista”, mais sutil e sofisticada que as anteriores, mas alimentada pela mesma fonte que motivou tantos desastres — o irracionalismo. Em meio a naturais reações da alma nacional, que os socialistas de todas as eras e matizes insistem em menosprezar, é compreensível que a proposta da “comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento”, que não esconde seu viés socialista e foi produzida sob os auspícios da ONU, seja confundida com as ações referendadas também pela ONU para conter o militarismo islâmico. Se não traçarmos uma nítida linha demarcatória entre as motivações, intenções e ideologias que estão por trás de todas essas medidas, corremos o risco de nos solidarizarmos e nos confundirmos

com os fora-da-lei internacionais e, ao subestimarmos nossa nacionalidade e a capacidade de o Estado Brasileiro de manter a ordem e a lei dentro do território nacional, nos arriscamos também a alimentar o nacionalismo, caricatura do patriotismo.

Uma reflexão sobre a conjuntura brasileira indica que as graves dificuldades com que se debate a Nação ainda não foram superadas. A permanência desse quadro pode levar a crescentes pressões no sentido de mudanças institucionais. Essas pressões podem se dar pelo encaminhamento insatisfatório das soluções de complexos problemas nacionais, agravados pelas pressões externas, ou pela ação de grupos político-ideológicos. Qualquer que seja a fonte das mudanças que se vislumbra no horizonte, estamos nos referindo à possibilidade de uma ruptura da continuidade institucional pela ação ilegítima de grupos político-ideológicos que se aproveitem, ou mesmo ampliem, as dificuldades do momento.

O Brasil vive um processo de mobilidade social intenso, uma crise econômica de proporções inéditas, um confuso processo de crise e transformação de valores morais tradicionais, e uma crise política que abala os próprios alicerces do regime. A interrupção do processo de desenvolvimento devido a mudanças estruturais na economia mundial está na base dos problemas nacionais, adicionando ao sentimento de frustração a xenofobia, pois muitos confundem a origem, que é externa, com a culpa, que, se existir, infelizmente é nossa.

O reconhecimento de serem exter-

nos os principais impulsos sobre a Nação não significa aceitar que os destinos nacionais sejam conduzidos pelos acontecimentos internacionais, causando um tipo de reação que oscila da subserviência a interesses estrangeiros à arenga nacionalista. É o encaminhamento adequado das questões internas que permitirá à Nação articular-se convenientemente para participar da acirrada competição internacional. A não compreensão dos fenômenos exógenos que repercutem intensamente na vida nacional leva inevitavelmente à esclerose da capacidade de adaptação da Nação a mudanças necessárias, alimentando indesejáveis determinismos que há muito já podiam estar sendo superados.

Nesse quadro de indiscutível necessidade de mudanças, o processo democrático de encaminhamento das reformas necessárias à modernização do país deve ser preservado, como garantia de participação de todos os setores de uma sociedade já articulada e dotada, até, de algum grau de sofisticação nos seus mecanismos econômicos e culturais.

Nesse desafiante momento da vida nacional, as forças armadas devem ser vistas pelas elites e pela sociedade como uma garantia de que a lei e a ordem serão obedecidas e de que não se dará nenhuma aventura que possa retardar por gerações o nosso desenvolvimento.

Uma visão militar do momento por que passam as forças armadas brasileiras na conjuntura nacional não identifica essa valorização das mesmas como seguro contra acidentes externos e in-

ternos. Ao contrário, é com perplexidade que se assiste a sucessivas tentativas de alterar a sua destinação constitucional à revelia do processo constituinte, a um cerceamento orçamentário que não leva em consideração serem as forças armadas instituições nacionais e permanentes e ao agravamento da questão salarial — apesar dos esforços dos chefes militares — que, se intencional, poderá vir a se mostrar mais eficaz como forma de gerar indisciplina e quebrar a hierarquia, do que as tentativas feitas em outros graves momentos da vida nacional. Coroando todo esse quadro lamentável, são de autoridades públicas e de setores da sociedade ditos sérios e representativos, que deveriam reconhecer o valor, a destinação e a necessidade das forças armadas, que partem, direta ou indiretamente, os mais graves ataques às forças singulares, envolvendo-as em escândalos fabricados, desmoralizando seus chefes e projetando, a todo momento, uma imagem negativa das mesmas.

CONCLUSÃO

A análise dos conceitos de conflito, crise e guerra nos permitiu concluir que o conflito é uma condição perene da convivência entre as nações. A competição, hoje menos ideológica e mais econômica, é a causa de muitos conflitos. Cabe ao Estado, através de sua diplomacia, administrar os conflitos, evitando que degenerem em crises. Crises mal gerenciadas provocarão enfrentamentos armados, qualquer que

seja sua dimensão ou denominação. Iniciado o confronto armado, ainda continuará o Estado a administrá-lo conforme os objetivos que pretenda atingir.

O estudo da evolução do sistema de defesa norte-americana durante a Guerra Fria nos permitiu apreciar um modelo desejável de evolução da máquina militar de uma democracia, perfeitamente adequada à dimensão político-estratégica da Nação. As graves questões ligadas à segurança tiveram a resposta adequada, traduzida no esforço integrado do que havia de melhor e mais representativo na Nação, permitindo que os EUA, depois de corrigirem alguns erros estratégicos, vencessem nos anos 90 o conflito com a União Soviética. No entanto, é fundamental observar a solidez das instituições sobre as quais se processava a evolução da máquina militar norte-americana. Não havia ameaça ponderável à legitimidade do regime, nem qualquer intento de modificação da destinação constitucional das forças armadas. A transparência das ações do secretário de defesa, seja por suas convicções pessoais, seja pela contingência da vida política norte-americana, não levantavam dúvidas sobre a finalidade das medidas implementadas — o aperfeiçoamento da máquina militar norte-americana de acordo com os objetivos nacionais dos Estados Unidos.

O estudo do caso alemão nos leva a uma situação bastante diferente. Ali podemos apreciar o caso de um exército de uma nação onde havia uma profunda crise econômica, ocorrido um tumultuado processo de crise e modi-

ificação de valores morais, e o sistema político sofria uma crise que abalava sua legitimidade, sugerindo, até mesmo, a falta de alternativas válidas de governo. Sem convicção no regime que sustentava, a República de Weimar, defendeu-o das revoltas armadas, mas não soube defendê-lo politicamente. Quando a democracia se encaminhou para seu lúgubre final na Alemanha, pouco antes da ascensão de Hitler, o exército alemão não suspeitava que o seu fim estava próximo. Sobreveio o totalitarismo nazista que, em pouco mais de cinco anos, neutralizou politicamente o exército, colocando-o a serviço de uma empreitada que ele sabia não poder cumprir, e que terminaria arrastando a Alemanha à ruína. Foi um eloquente exemplo da implementação de modificações estruturais, válidas do ponto de vista setorial, sendo utilizadas politicamente como veículo de desestabilização do regime político. Diferentemente de outros exércitos, onde a solidez das instituições políticas aliviava suas forças armadas de preocupações políticas internas, o exército alemão via-se obrigado a acompanhar o processo político interno e a garantir o cumprimento da vontade da nação, expressa pelas ainda claudicantes mas promissoras instituições políticas alemãs. Quando os nazistas, sem formarem maioria nas eleições, através de um artifício legal, viram-se alçados ao poder e passaram a executar o processo de atomização e domínio da sociedade alemã, faltou aos seus chefes, alguns dos quais já convertidos ao nazismo, a visão política e a coragem para liderarem a in-

tervenção e interromper o processo. Quando tentaram fazê-lo, mais tarde, o surgimento e rápido crescimento de outras forças militares nazificadas, a desmoralização dos chefes do exército, a infiltração ideológica nos círculos de oficiais mais jovens e o virtual domínio da sociedade pelos nazistas impediram qualquer ação realmente efetiva.

A comparação dos dois casos históricos permite-nos concluir, também, que não é a pura e simples racionalização da estrutura militar que garantirá a vitória na prova suprema da guerra. O que diferencia os países vencedores dos perdedores é a capacidade dos respectivos governos estabelecerem, através da política, objetivos compatíveis e estratégias eficazes para atingi-los. O desfecho das duas guerras mundiais e da Guerra Fria comprovaram que só o amadurecimento das instituições democráticas pode permitir às nações lograrem esse intento. A estrutura do ministério da defesa da Alemanha, verticalizada e centralizada por Hitler, impediu qualquer discussão séria sobre os verdadeiros problemas estratégicos alemães, só servindo para submeter o exército aos desígnios do totalitarismo. Ao contrário, nos EUA, ainda sem a estrutura do Pentágono e do National Security Act, todas as opções político-estratégicas foram discutidas abertamente entre o comandante supremo e os chefes militares, sendo assegurada, desde o mais alto escalão, a integração das ações das forças armadas. Com a evolução das instituições políticas, ocorreu, subsequentemente, uma evolução da estru-

tura de defesa que otimizou desempenhos e racionalizou custos.

A preocupação lícita de determinados setores da sociedade brasileira com a subordinação dos militares ao poder civil e com o controle dos meios de violência por esse mesmo poder está dirigida sobre o objeto errado. Não é a negação das hipóteses-de-guerra que garantirá esse controle. Nenhum eufemismo logrará afastar a desagradável realidade da violência, da ambição e do irracionalismo do homem, pois as maiores monstruosidades da História foram perpetradas sob a pacífica denominação de remoção, solução e reeducação.

As elites responsáveis e sinceramente devotadas à Nação devem ter em mente os riscos que determinadas propostas de modificação na missão e estruturação das forças armadas podem representar numa conjuntura difícil como a que o país atravessa, bem como analisar a importância das forças armadas para a estabilidade e evolução política da Nação. Uma análise equilibrada das medidas que vêm sendo adotadas pelos ministérios militares evidencia a busca da eficiência, através da adoção do planejamento-programação-orçamentação, da abordagem estrutural sistêmica, da evolução doutrinária e tecnológica, dentro dos recursos de que a Nação pode dispor. A eficácia das forças armadas, infelizmente, não decorrerá somente das medidas tomadas pela administração militar. Ela dependerá em muito da importância que as elites derem às forças armadas, traduzida não somente na sensível, presente e séria questão

dos orçamentos e vencimentos, mas, também, no prestígio e respeito que dispensarem às mesmas.

O foco do debate deve se concentrar no fortalecimento das instituições democráticas, que contêm inequivocamente a causa da subordinação das forças armadas ao poder civil. É essa causa que deve unir todos os brasileiros, civis e militares, sinceramente devotados ao progresso da Nação. No decorrer desse debate será possível identificar os aventureiros que visualizam as forças armadas como obstáculo a ser vencido para a consecução de suas inconfessáveis intenções, as vivandeiras que as enxergam como meros instrumentos da sua ambição, e os patriotas esclarecidos que as entendem como elas são, "instituições nacionais e permanentes, baseadas na hierarquia e na disciplina, que se destinam à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

NOTAS

- 1 SANTOS, Luiz Carlos de Albuquerque. *Os Conflitos*. In Hipóteses de Conflito, Rio de Janeiro, ESG, 1988, pág. 10.
- 2 Ibidem. *Os Conflitos Internacionais*, pág. 20.
- 3 Ibidem. *Conclusões*, pág. 44.
- 4 GAMBIA, Virginia. *La Crisis del Atlantico Sur*. In Estrategia: intervención y crisis. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1985, Cap. V, pág. 184.
- 5 WARE, Hugh. *New Tools for Crisis Management*. *Proceedings*. Annapolis. Vol. 100 nº 8/858, pág. 19, agosto 1974.
- 6 Ibidem, pág. 23.
- 7 SCHMAUK, Carlos Mackenney. *Implicancias Políticas del Manejo de Crisis*. Valparaíso. Vol. 108 nº 801, pág. 128, março-abril 1991.

- 8 GAMBA, Virginia. *Conceptos Estratégicos Contemporâneos*. In *Estrategia: intervención y crisis*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1985, Cap. I, pág. 40.
- 9 Ibidem, pág. 42.
- 10 Ibidem, pág. 41.
- 11 MELLO, João Baptista Cordeiro. *Doutrina de Guerra*. In *Doutrina Política e Estratégia de Guerra*. Rio de Janeiro. ESG, 1988, pág. 10.
- 12 HART, Liddell. *Les événements qui précipitent la guerre*. In *Histoire de la Seconde Guerre Mondiale*, 1ª edição, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1973, Cap. I pág. 15. Tradução livre.
- 13 KAUFMANN, William W. *Prelúdio à Revolução*. In *A Estratégia de McNamara*. Rio de Janeiro. Distribuidora Record, 1965. Cap. I pág. 16.
- 14 Ibidem.
- 15 Ibidem pág. 18.
- 16 COATS, Wendell John Jr. *The Manlingering McNamara Model for the use of the U. S. Military Force*. Washington. Vol. XVII nº 4 pág. 19, ano 1989.
- 17 COATS. Ibidem pág. 20.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Pensar a Guerra*, Clausewitz. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1976.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1979.
- BARNETT, Correlli. *Os Generais de Hitler*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 1990.
- BOUCHARD, Joseph F. *Accidents and Crises: Panay, Liberty and Stark*. Naval War College Review. Newport. Vol. XLI, nº 4 págs. 87 a 102, agosto 1988.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo. Livraria Martins Fontes Ltda. 1980.
- COATS, Wendell John Jr. *The Malingering McNamara Model for the Use of U.S. Military*

- Force*. Strategic Review. Washington. Vol. XVII nº 4, págs. 18 a 30, ano 1989.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.
- GAMBA, Virginia. *Estrategia: intervención y crisis*. Buenos Aires. Editorial Sudamericana. 1985.
- GORLITZ, Walter. *O Estado-Maior Alemão: sua história e estrutura — 1657-1945*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955.
- JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos*. Rio de Janeiro. Instituto Liberal. 1990.
- KAUFMANN, William W. *A Estratégia de McNamara*. Rio de Janeiro. Distribuidora Record. 1965.
- McNAMARA, HITCH, ENTHOVEN. *A Modern Design For Defense Decision*. Washington. Industrial College of the Armed Forces. 1966.
- MELLO, João Batista Cordeiro de. *Doutrina, Política e Estratégia de Guerra*. Rio de Janeiro. ESG. 1988.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Marxismo Ocidental*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1986.
- MORDACQ, Jean Jules Henri. *Politique et Stratégie dans une Démocratie*. 6ª edição. Paris. Plon Nourrit et Imprimeurs-Éditeurs. 1912.
- OSGOOD, Robert E. *Limited War Revisited*. Boulder. Westview Press. 1979.
- POPPER, Karl. *A Miséria do Historicismo*. São Paulo. Editora Cultrix. 1991.
- SCHMAUK, Carlos Mackenney. *Implicancias Políticas del Manejo de Crisis*. Revista de Marina. Valparaíso. Vol. 108 nº 801, págs. 125 a 129, março-abril 1991.
- SANTOS, Luiz Carlos de Albuquerque. *Hipóteses de Conflito*. Rio de Janeiro. ESG. 1988.
- SHIRER, William L. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964.
- TAVARES, José Augusto Teixeira. *Estudo sobre a Natureza do Conflito*. Salvador. Departamento de Estudo de Problemas Brasileiros UFBA. 1984.
- TOFFLER, Alvin. *Powershift: As Mudanças do Poder*. Rio de Janeiro. Editora Record. 1990.
- SILVA, Michael — SJORGREN, Bertil. *Europa 1992 — Um Novo Jogo do Poder Mundial*. São Paulo. Makron Books. 1991.

WARE, Hugh. *New Tools for Crisis Management. Proceedings.* Annapolis. Vol. 100 nº 8/858, págs. 18 a 24, agosto 1974.

WAGNER, Abraham R. *Crisis Decision — Making. Israel's Experience in 1967 and 1973.* New York. Praeger Publishers. 1974.



Major de Artilharia SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA. Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Serviu no 29º GAC, Cruz Alta-RS, no 32º GAC, Brasília-DF e no 14º GAC, Pouso Alegre. Foi Instrutor do Curso de Artilharia do CPOR-R, Instrutor-Chefe do NPOR do 14º GAC, Instrutor da Divisão de Ensino, e Comandante da 2ª Bateria de Cadetes do Corpo de Cadetes da AMAN, e Instrutor do Centro de Estudos de Pessoal (CEP). Atualmente é aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

XINGÓ ESTÁ COM 70% DE SUAS OBRAS CIVIS JÁ CONCLUÍDAS

A Usina Hidrelétrica de Xingó está com mais de 70 por cento de suas obras civis concluídas e a montagem dos equipamentos eletromecânicos em pleno andamento. De acordo com o cronograma, a primeira das seis turbinas que compõem a central do empreendimento será em agosto de 1994, segundo o presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — Chesf, Marcos Lopes.

O funcionamento da Hidrelétrica de Xingó em 1994 é fundamental para que o Nordeste não seja submetido a um novo racionamento de energia elétrica, como ocorreu durante o ano de 1987 e o começo de 1988, face do atraso das obras da Hidrelétrica de Itaparica. A construção de Xingó, que começou em março de 1987, vale lembrar, ficou para trás em outubro de 1989 e junho de 1990. Um novo atraso na obra pode agravar a situação de Rêgo, onde vivem 40 milhões de brasileiros, em situação de iminência de um novo racionamento de energia.

Xingó é um empreendimento atraente. Vai gerar a energia necessária para o País, a US\$ 23,00 o megawatt-hora gerado, enquanto que o custo do watt-hora gerado no Centro-Sul do Brasil fica ao redor de US\$ 15,00. Xingó é o maior projeto de geração do sistema Chesf e produzirá, em sua primeira etapa, 18,4 milhões de megawatt-hora, o que representa 25 por cento do potencial hidrelétrico do Nordeste.

Defendida unanimemente por todas as lideranças do Nordeste, a Hidrelétrica de Xingó tem as suas obras permanentemente acompanhadas por empresários, políticos, governadores e Imprensa da Região. Xingó, localizada no rio São Francisco, na divisa dos Estados de Alagoas, garantirá a energia necessária ao desenvolvimento do Nordeste até o início do próximo século.